

“COMUNISTAS, AS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO”: A QUERELA ENTRE ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO E A CÂMARA DOS VEREADORES NOS JORNAIS DO RECIFE (1956)

Geane Bezerra Cavalcanti¹

Por alguns dias do ano de 1956, o Recife acordou com as seguintes notícias estampadas nos jornais de maior circulação da cidade: “A polícia responde e acusa: Comunistas as Associações de Bairro”; “É da competência da polícia, o caso das Associações de Bairro”; “São células comunistas as Associações de Bairro”. Estas notícias foram veiculadas nos jornais Folha da Manhã, Jornal do Comercio e Diário de Pernambuco respectivamente, ambos seguiam uma linha conservadora comprometidos com políticos, Igreja Católica e com os interesses das elites do Estado.

As associações de bairro surgem no Recife no período de redemocratização do pós-45, incentivadas principalmente por correntes político-partidárias de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro- PCB, e pela Frente do Recife². Foi durante a administração do prefeito Pelópidas Silveira, a partir de 1955, que surgiram a maioria das Associações de Bairro do Recife, incentivadas pelo mesmo e pelo seu grupo político. Essas associações possuíam um objetivo bastante claro: ajudar a prefeitura na administração da cidade, canalizando melhor as necessidades da população, como diz Jaccoud (1990, p. 55):

Inspiradas na experiência que se consolidava em São Paulo e sentindo a necessidade da organização popular como forma mais adequada para canalizar as reivindicações e aspirações da população com relação às ações da prefeitura, as forças políticas que atuaram na campanha de Pelópidas procuraram incentivar sua formação.

¹ Mestranda em História do programa de pós-graduação em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. E-mail: geane17@yahoo.com.br

² Coligação partidária formada pelo PC, Partido Socialista Brasileiro – PSD e pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, além de outras correntes da esquerda independente. Suas principais ideias eram nacionalista, populista e democrática.

As associações se proliferaram principalmente nos bairros carentes, incentivadas pela prefeitura popular de Pelópidas Silveira, elas serviam de ligação entre o povo e o poder municipal. Pelópidas levava as reivindicações dos populares para a prefeitura em forma de abaixo-assinados, memorandos, organizando comissões de moradores ou colocando-as nos debates ou audiências.

As reivindicações e os abaixo-assinados das comunidades que Pelópidas levava para a câmara serviam de pressão para os vereadores aprovarem as iniciativas do prefeito. Os vereadores ficaram temerosos com relação as associações, pois como estas possuíam contato direto com o prefeito, as suas funções como representantes do povo e de levarem as reivindicações para a prefeitura ficaria anulada.

Porém o interesse dos vereadores era defender o clientelismo. Com as associações outras lideranças poderiam surgir com diferente orientação política, já que elas estimulavam a participação de todos, independentemente da orientação política ou religiosa, dessa forma os vereadores podiam perder sua “base” eleitoreira.

Com a crescente participação das associações na esfera municipal a oposição passou a pedir sua extinção acusando-as de serem células comunistas e de realizarem práticas subversivas. O discurso produzido pelos vereadores tinha o objetivo de deslegitimar as associações de bairro, para isso, utilizavam-se do contexto em que o país e o mundo vivia, em plena Guerra Fria, e do “medo comunista”, assim como aproveitavam-se da forte propaganda anticomunista produzida desde o período Vargasista.

Várias solicitações de investigação contra as associações são expedidas. O deputado Vieira de Menezes³ teria solicitado ao Secretário de Segurança informações sobre as associações de bairro. Diz a solicitação divulgada pelo jornal do Comércio em 16-06-1956:

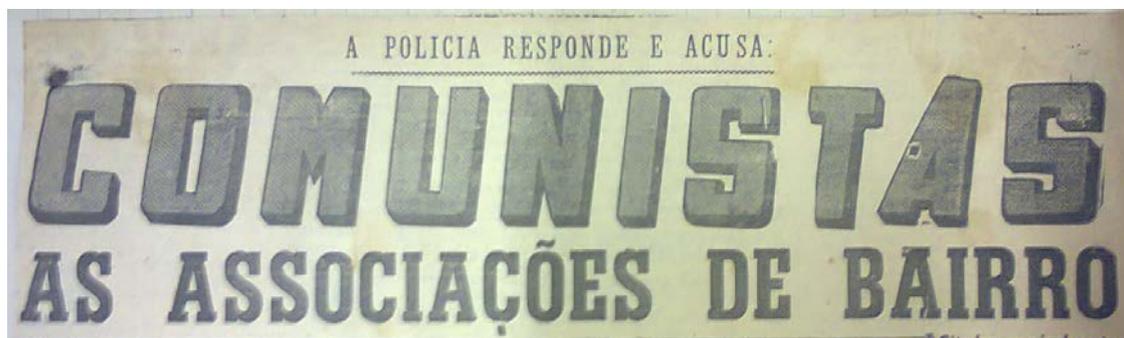
a) Se pode S. Excia. Informar quais são as entidades suspeitas de caráter subversivo existentes atualmente no Estado;

³ Médico e deputado pelo PTB, rompe a aliança com Pelópidas Silveira e posteriormente passa a acusar as associações de bairro de serem células comunistas.

- b) se a polícia tem acompanhado a vida dessas entidades, o seu funcionamento e a vida progressa dos seus principais membros;
- c) se pode informar o que sabe a polícia a respeito das “Associações de Bairro” e se as mesmas vem funcionando como sociedades civis devidamente localizadas;
- d) Se há averiguações em torno da vida das “Associações” citadas, qual o seu número na capital, como se reúnem e onde;
- e) se tem conhecimento a polícia da vida progressa dos diretores das diversas “Associações de Bairro”;
- f) se alguns desses diretores são conhecidos na Secretária de Segurança Pública como elementos nocivos a ordem interna do país, como agiram anteriormente e como estão agindo agora;
- g) quais as ligações desses elementos como outras entidades igualmente subversivas do país já denunciadas a nação;
- h) Quais as providencias que vem adotando a polícia ou que pretende adotar para apreensão de documentos porventura existentes dos arquivos das mesmas o que se relacionam com o movimento de desordem interna do país;
- i) se há algum esclarecimento que a polícia não pode dar imediatamente, a fim de evitar prejuízos nas averiguações que estão sendo ou que venha a ser procedidas.⁴

A solicitação do deputado já é uma forma de acusar as associações de promoverem atividades subversivas, levantando suspeitas e requerendo detalhamento da vida dos seus líderes, também revela a “rixa” entre os políticos de oposição e os da Frente do Recife.

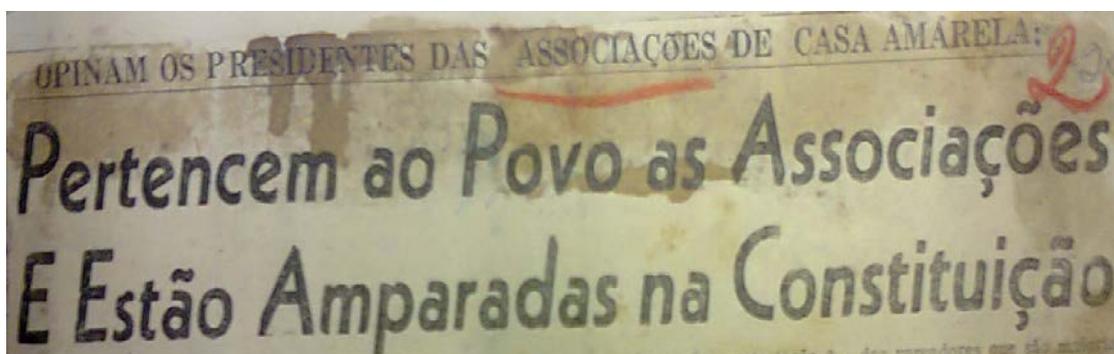
A querela entre associações de bairro e vereadores parou nos principais jornais do Recife. Dentre os discursos sobre as associações a que dizia que elas eram remanescentes das células comunistas, e por isso político-partidária e esquerdista, predominavam na mídia impressa principalmente nos jornais mais conservadores: Diário de Pernambuco, Folha da Manhã e Jornal do Comércio. Segue os exemplos abaixo:



Recorte do jornal Folha da Manhã de 19-06-1956. O jornal denuncia que membros do PCB exercem cargos de direção nas associações. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 29.595.

⁴ Jornal do Comercio 16-06-1956. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 29595.

Já o jornal Folha do Povo, ligado ao PCB, divulgava o trabalho desenvolvido pelas associações de bairro, suas reivindicações, conquistas, e participação nas decisões do município. Foi o único jornal a divulgar a opinião dos líderes comunitários sobre as denúncias que as associações estavam recebendo. Os presidentes das associações de bairro defendiam sua continuidade; alegavam que estavam exercendo direitos assegurados por lei, como: fazer reuniões para discussões dos problemas dos bairros. Também afirmavam que não contavam com a ajuda de nenhum vereador ou outros políticos; que eram independentes e que, por isso, a câmara não podia fazer nada contra eles⁵.



Notícia do jornal Folha do Povo em 18-03-1956. A notícia destaca a opinião se alguns dos presidentes das associações de bairro e de seus associados em relação à Câmara dos Vereadores do Recife que exigiam a extinção destas entidades. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 7050.

A posição na qual os jornais colocam as associações de bairro e a forma como as abordam revelam a tendência política de cada jornal. O Folha do Povo, como esquerdista, é o único que traz a fala dos representantes das associações afirmando a sua legitimidade, suas matérias são em defesa destas organizações. Já os de maior circulação, que recebem investimentos das camadas mais conservadora da cidade e defendem seu ponto de vista, abrem espaço para as acusações da Câmara dos Vereadores contrária as associações. Também traz à tona o discurso policial acusando as associações de serem comunistas, fomentando ainda mais a possível “ameaça vermelha”. Cada qual defende sua verdade tentando influenciar e convencer a opinião pública de suas posições, colocando as associações de forma dicotômica entre democráticas versus comunistas, legais versus ilegais, constitucionais versus inconstitucionais.

⁵ Folha do Povo 18-03-1956. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 7050.

Através das análises de Michel Foucault (1999) constatamos que a produção do discurso

É ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1999, p. 9)

A partir do controle sobre o discurso e utilizando o poder que este possui, as informações são selecionadas de acordo com os interesses da parte que informa e ainda aproveitando-se das condições postas e em determinado momento histórico. Este momento histórico foi aproveitado pelos vereadores para acusar as associações de bairro de comunistas. Para Maria do Rosário Gregolin (2007, p. 14), quando analisa Foucault no discurso da mídia, algumas ideias devem ser enunciadas e outras precisam ser caladas. Nesse caso, a grande mídia preferiu enunciar a acusação de comunista contra as associações de bairro e suprimiu a posição democrática que estas assumiam, não oferecendo a oportunidade dos presidentes das associações de defendê-las.

O discurso dos vereadores e dos presidentes das associações revelam uma luta pelo poder de que se quer apoderar e que desejam, no caso, dialogar com a prefeitura servindo como representantes das comunidades. Foucault (1999) também afirma que os discursos podem exercer uma forma de controle. Constatamos, nesse caso, o discurso dos vereadores, trazido pelos jornais de maior circulação, que tentam exercer uma forma de controle sobre as associações de bairro, propondo uma menor influência sobre a prefeitura e até mesmo sua extinção. Além disso, percebemos aqui uma produção de verdades construídas pelos vereadores e pelos presidentes das associações e divulgadas pelos jornais da cidade do Recife. Cada qual com sua verdade disputa a influência sobre a opinião pública, tentando persuadir os seus leitores ao defenderem seus pontos de vista.

Dessa forma, podemos concluir o quanto a mídia é palco de disputas; exerce formas de controle e tenta influenciar seus leitores com as verdades que produz e divulga. Será possível uma mídia não tendenciosa que procure opiniões diferentes e busque realizar debates sobre diferentes pontos de vista para que, assim, o público

possa formar sua própria opinião sem sofrer influências midiáticas? Enquanto jornais continuarem a receber investimentos de determinados grupos sociais para opinarem no que for do seu interesse uma mídia idônea e não tendenciosa ficará cada vez mais distante.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de setembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Rua, 1822, n. 347, p. 5-79, 1999. Tradução de: L'ordre du discours. Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo, vol. 4 n. 11 p. 11-25. Nov. 2007. Disponível em: <
<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comunicacaomidiaconsumo/article/viewFile/6865/6201>> Acesso em: 25/03/2015.

JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco 1955-1968*. Ed: Mssangana. Recife, 1990.